

## 13ª MOSTRA DA PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

### RELAÇÕES DE GÊNERO: O FEMININO E A VULNERABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AS MINORIAS<sup>1</sup>

**BRUM, Amanda Netto<sup>2</sup>**

**WEIS, Bruna Moraes da Costa<sup>3</sup>**

**COSTA, José Ricardo Caetano<sup>4</sup>**

**Email: amanda\_brumm@hotmail.com**

**Evento: Encontro de Pós-Graduação**

**Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas - Direito**

**Palavra-Chave:** gênero; vulnerabilidade; políticas públicas.

#### 1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea sofreu e vem sofrendo profundas transformações, contudo, a opressão e o estigma vivenciado pelo gênero feminino é uma das realidades que mais fortemente se mantém no contexto societário hodierno. Nesse cenário, se torna cada vez mais importante pensar nos indivíduos de acordo com suas particularidades, as relações de gênero e a não desigualdade, a fim de construir e constituir melhores sujeitos. A presente análise, portanto, teve por objetivo evidenciar a necessidade do direcionamento de políticas públicas que resguardem especificadamente o gênero feminino.

Nesse sentido, Piovesan (2003, p. 209) ao enfatizar a relevância do direcionamento de políticas públicas no combate a desigualdades de gênero, enfatiza, também, a importância da análise do presente estudo, pois, segundo a autora, 'a eliminação da discriminação não é suficiente para assegurar a igualdade entre os gêneros, se faz necessário, dessa forma, a adoção das medidas afirmativas como importantes medidas a serem adotadas pelo Estado para acelerar o processo de obtenção da igualdade'.

#### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na sociedade pátria o campo da relação de gênero tem sido nas últimas décadas objeto de diferentes problematizações científicas e políticas. Contudo, muito embora os movimentos sociais insurgentes nos últimos séculos terem como foco a constituição de relações cidadãs e igualitárias, as políticas públicas direcionadas a essa temática são, ainda, alvo de contestação e crescentes embates teórico-político. Com efeito, um exemplo disso são as Políticas Públicas de Assistência Social, essa política de Assistência social visa a garantia de direitos as minorias, famílias, coletivos, que estejam inseridos em situação de vulnerabilidade social (DETONI, GOULART, 2013, p.118).

Essas relações, pautadas estritamente na relação de gênero, são, portanto, que acabam muitas vezes por organizar a forma de trabalho e a estrutura social, marcam, também, a divisão sexual do trabalho e o fenômeno conhecido como

---

<sup>1</sup> Esse Artigo foi desenvolvido na disciplina de Políticas Públicas e Justiça Social, do curso de Mestrado e Justiça Social, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Na cadeira ministrada pelo Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa.

<sup>2</sup> Mestranda em Direito e Justiça Social na Universidade Federal do Rio Grande. Bolsista Fapergs; Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera Uniderp.

<sup>3</sup> Mestranda em Direito e Justiça Social na Universidade Federal do Rio Grande; Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera Uniderp; Especialista em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera Uniderp.

<sup>4</sup> Pós-Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG); doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS); mestre em Direito pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas; mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas.

## 13ª MOSTRA DA PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

feminilização da pobreza, ademais, evidencia, por meio de estudos, que o gênero feminino, além de ser o mais explorado e manipulado profissionalmente, é também o mais pobre (DETONI, GOULART, 2013, p.119).

Todavia, compreende-se que essas políticas, por definirem o gênero puramente em um âmbito binário, delimitam, também, as possibilidades de se pensar em masculinidade e feminilidade e, conseqüentemente, evidencia, estritamente, o gênero feminino, dentro de um âmbito familiar, como o reprodutor da vida, o gerenciador da vida e dos cuidados com os filhos, contudo, há que se conceber a necessidade de que políticas públicas se mantenham em constante transformação para que, assim, possam ser ultrapassada as barreiras da opressão e do preconceito vivenciado pelo gênero feminino (LOURO, 2003).

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

No desenvolvimento da pesquisa empregou-se revisão bibliográfica. Para tanto foi usado o método de pesquisa analítico-dedutivo.

### 4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Diante do levantamento realizado, pode-se denotar que as condições socioeconômicas das mulheres são baixíssimas, ao ponto de se constatar tanto na sua baixa escolaridade, quando ao que diz respeito ao trabalho, onde o trabalho dessa mulher algumas vezes não é reconhecido e é, também, de remuneração desigual ao mesmo trabalho realizado pelos seus colegas homens (DETONI, GOULART, 2013, p.122). Tal situação, faz-nos pensar a visibilidade, ou invisibilidade, do homem dentro do seio familiar, onde este não é tido como foco das práticas tradicionais consideradas pela família. Ou seja, onde este homem é visualizado como o agressivo, o violento e o agressor da mãe e dos filhos, o protagonista das situações de violência, o sujeito ativo, em compensação a mulher, sujeito passivo nessa relação, é vista como a frágil, a batalhadora, a agredida pelo marido e a mãe protetora dos filhos. Situação essa em que a vulnerabilidade e subordinação da mulher se tornam ato de maior evidência (DETONI, GOULART, 2013, p.123).

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto até aqui, nesse viés as mulheres são sobrecarregadas, pois não lhes cabem apenas gerir os filhos, mas também o papel de resguardadora da saúde do lar, da reprodução, da educação, higiene e da economia doméstica, o que dá a essa mulher aspectos paternalistas dentro dos estereótipos de gênero (DETONI, GOULART, 2013, p.125). Tal situação atual, faz com que essas Políticas de Assistência se mantenham em constante transformação, para que a partir disso se possa pensar no gênero de forma mais ampla, visto que a constituição de uma identidade de gênero não pode ser compreendida de forma fixa e acabada, já que se entende ser socialmente constituída (LOURO, 2003).

### 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DETONI, Patrícia Pavan, Goulart, Lucas Aguiar. **A Mulher-Mãe e o Homem-Ausente: notas sobre feminilidades e masculinidades nos documentos das políticas de assistência social**. In: Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas/Organizado por Henrique Caetano Nardi, Raquel Silva Silveira e Paula Sandrine Machado; Porto Alegre – RS/Brasil: Ed. Sulinas, p.118 - 130, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação-Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6º ed. Editora Vozes. Petrópolis, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo - SP/Brasil: Ed.Max Limonad, 2003.